



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS
CBMMG/2COB/COMPRAS/DESPESA - Processos de Compras e Despesas - 2 COB

v2.2025.01

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA
15/10/2026	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS	1401806

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA OU UNIDADE ADMINISTRATIVA
Nome: Lanúcio Vieira Ramos, 1º Tenente BM E-mail: 2cob.almoxarifado@bombeiros.mg.gov.br	2º Comando Operacional de Bombeiros Militar

Sumário

- [1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO](#)
- [2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO](#)
- [3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO](#)
- [4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO](#)
- [5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO](#)
- [6. PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO](#)
- [7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO](#)
- [8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR](#)
- [9. HABILITAÇÃO](#)
- [10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES](#)
- [11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS](#)
- [12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO](#)
- [13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA](#)

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação da prestação de serviços de Assistência Médica Veterinária, com o eventual fornecimento de medicamentos e suprimentos veterinários, para os cães do canil do PBRESC - 8º BBM - Uberaba/MG**, localizado na Avenida Doutor Randolpho Borges Júnior, nº 2.800, bairro Univerdecidade, cidade de Uberaba/MG, por um período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos, com disponibilidade de atendimento 24 horas, além das obrigações fiscais e tributárias inerentes às referidas atividades, em regime de empreitada por preço unitário, sob demanda, sem dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

TABELA I - DADOS GERAIS E VALOR GLOBAL ANUAL

LOTE	ITEM	CÓDIGO DO ITEM NO SIAD	QUANTIDADE	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO
ÚNICO	01	000007625	1 UNIDADE	1,00 UNIDADE	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ÁREA VETERINÁRIA	R\$ 45.000,00

1.2. Caracterização do Objeto:

- 1.2.1. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.2.2. A contratação dos serviços de Assistência Médico-Veterinária para os cães do CBMMG trata-se de um serviço de natureza continuada, fundamental à necessidade pública, permanente e contínua, atestado pelo rol de serviços descritos no Memorando nº 01/2026 - Serviços e Fornecimentos Continuados no CBMMG, publicado no BGBM nº 13 de 01 de abril de 2026 (148572979).
- 1.2.3. Os serviços executados de forma contínua seriam aqueles cuja necessidade se prolonga por um período indefinido ou por período prolongado, essencial ao atingimento de um objetivo de caráter indivisível, que não pode ser interrompido, sob pena de causar prejuízo à Administração Pública.

1.3. Lotes Exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

- 1.3.1. Contratação com lotes exclusivos para fornecedores qualificados como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 c/c no art. 8º Decreto nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

1.4. Da Contratação:

- 1.4.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à divulgação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), prorrogável por até no máximo de 10 anos, a forma dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
 - 1.4.1.1. A presente prestação de serviço é enquadrada como continuada, sendo a vigência plurianual mais vantajosa para a Administração.
- 1.4.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Descrição da Solução:

- 1.5.1. A solução compreende a instauração de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com lote exclusivo para fornecedores qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparados, no modo de disputa Aberto e Fechado, no regime de execução por empreitada por preço unitário, visando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Assistência Médica Veterinária, com fornecimento de medicamentos, suprimentos, insumos e demais recursos indispensáveis à adequada execução dos serviços, destinados aos cães do canil do Pelotão de Busca, Resgate e Salvamento com Cães – PBRESC/8º BBM, localizado na Avenida Doutor Randolpho Borges Júnior, nº 2.800, bairro Univerdecidade, cidade de Uberaba/MG, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com execução de acordo com a demanda, em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias da semana.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A necessidade da presente contratação visa garantir a prestação adequada e tempestiva de serviços de Assistência Médico-Veterinária, com eventual fornecimento de medicamentos e demais suprimentos veterinários, destinados aos cães do canil do Pelotão de Busca, Resgate e Salvamento com Cães – PBRESC/8º BBM, localizado no município de Uberaba/MG.

- 2.2. Os serviços de Assistência Médico-Veterinária eram prestados pela empresa Centro Médico Veterinário Cuidar Ltda, conforme contrato nº 9344704/2022 (44187192), que recentemente manifestou o não interesse na prorrogação do contrato (148559282), o qual teve fim da vigência no dia 08 de junho de 2026.
- 2.3. Os cães pertencentes ao PBRESC constituem importante recurso empregado nas atividades operacionais desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG, especialmente em ações de busca, localização e resgate, sendo indispensável a manutenção de condições adequadas de saúde, bem-estar e aptidão física para o desempenho seguro e eficiente das atividades para as quais são treinados.
- 2.4. Em razão das características próprias da atividade desempenhada pelos cães, faz-se necessário assegurar acesso a acompanhamento médico-veterinário, abrangendo atendimentos clínicos, exames, procedimentos e demais intervenções necessárias à prevenção, diagnóstico e tratamento de enfermidades ou lesões, bem como ao acompanhamento das condições gerais de saúde dos animais.
- 2.5. A necessidade de assistência médico-veterinária apresenta, ainda, caráter variável e, em determinadas situações, imprevisível, uma vez que, além dos cuidados preventivos e de rotina, podem ocorrer intercorrências clínicas, acidentes ou lesões decorrentes das atividades de treinamento e emprego operacional dos cães. Dessa forma, mostra-se necessária a existência de contratação capaz de atender às demandas do PBRESC à medida que estas se apresentem.
- 2.6. A contratação contempla também o eventual fornecimento de medicamentos, suprimentos, insumos e demais recursos indispensáveis à adequada execução dos serviços veterinários, quando necessários aos atendimentos realizados, de modo a viabilizar a adequada condução dos tratamentos prescritos e proporcionar maior efetividade à assistência prestada aos animais.
- 2.7. Considerando que o CBMMG não dispõe, em sua estrutura própria, dos meios necessários para realizar integralmente os atendimentos, exames e procedimentos médico-veterinários demandados pelos cães do PBRESC, faz-se necessária a contratação de empresa especializada, devidamente habilitada para a execução dos serviços.
- 2.8. A prestação dos serviços ocorrerá sob demanda, de acordo com as necessidades efetivamente verificadas durante a execução contratual, não implicando a previsão dos serviços e quantitativos estimados em obrigação de utilização integral pela Administração. Essa sistemática possibilita que os recursos públicos sejam empregados conforme as necessidades concretas de atendimento dos cães, mantendo-se disponível a assistência necessária durante a vigência da contratação.
- 2.9. A continuidade da assistência médico-veterinária mostra-se essencial, uma vez que sua indisponibilidade poderá ocasionar atraso na realização de diagnósticos e tratamentos, agravamento de enfermidades ou lesões, comprometimento do bem-estar dos animais e afastamento temporário ou definitivo dos cães das atividades para as quais foram treinados, com consequente impacto na capacidade operacional do PBRESC.
- 2.10. Nesse sentido, a contratação não se limita à manutenção da saúde individual dos animais, mas contribui diretamente para a preservação da capacidade operacional do serviço de busca, resgate e salvamento com cães do CBMMG, considerando o investimento institucional realizado na seleção, formação, treinamento e manutenção desses animais e sua relevância para o cumprimento das missões atribuídas à Corporação.
- 2.11. Diante do exposto, fica evidente a existência de INTERESSE PÚBLICO na presente contratação.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Da participação de consórcios:

- 3.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar os serviços de forma independente.
- 3.1.2. Acerca da vedação à participação de empresas reunidas em consórcio, no presente caso concreto, trata o renomado autor Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em referência à extinta Lei Federal nº 8.666/1993, no entanto, plenamente aplicável à nova lei geral de licitações e contratos, Lei Federal nº 14.133/2021, considerando não haver mudança no princípio base:

Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco de dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa, (...) Há hipóteses em que as circunstâncias do mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problemática a competição.

...

É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses e que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para licitação.

- 3.1.3. Assim, considerando as dimensões e a complexidade do objeto da presente contratação, avaliado pela área técnica de contratação como um objeto de baixa complexidade, não requer o mesmo a necessidade de atuação de duas ou mais empresas consorciadas, eis que apenas uma empresa poderá prestar o serviço com qualidade adequada;
- 3.1.4. Essa decisão é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e a ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a eventual execução do objeto;
- 3.1.5. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, para o presente caso concreto, considerando a grande amplitude no mercado de empresas aptas à execução do objeto, considerando a natureza técnica dos serviços.
- 3.2. **Da Participação de Cooperativa:**
- 3.2.1. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 3.3. **Da Subcontratação**
- 3.3.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.
- 3.4. **Da Sustentabilidade**
- 3.4.1. Os critérios de sustentabilidade da contratação devem ser atendidos de acordo com os seguintes requisitos:
- 3.4.1.1. A contratação dos serviços pretendidos não acarretará em impactos ambientais diretos. No entanto, para a mitigação dos possíveis impactos ambientais, há de se ressaltar, em edital, a exigência do cumprimento das legislações ambientais pertinentes para a área de atuação da empresa contratada.
- 3.4.1.2. Há uma série de leis e normas específicas aplicáveis aos resíduos sólidos no Brasil. Contudo, a principal é a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
- 3.4.1.3. Todas as demais legislações auxiliares se submetem a esta lei, embora boa parte das normas tenha sido criada antes mesmo da publicação da PNRS.
- 3.4.1.4. Destacam-se dentre as principais Leis de Resíduos Sólidos do Brasil, relacionadas à natureza da prestação de serviços pretendida, e são seus objetivos:
- 3.4.1.4.1. A Lei Federal nº 6.938/81, de 31 de agosto de 1981, é a lei mais importante na proteção ambiental. Ela dispõe sobre a Política Nacional do

- Meio Ambiente - PNMA e traz consigo diretrizes e instrumentos para preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental.
- 3.4.1.4.2. A Lei Federal nº 9.605/98, de 12 de fevereiro de 1998, denominada Lei dos Crimes Ambientais, tem como principal objetivo à reparação de danos ambientais, prevendo ações de prevenção e combate a esses danos.
- 3.4.1.5. Os possíveis impactos ambientais gerados pela presente contratação estão relacionados ao gasto excessivo de água, energia elétrica, aos produtos utilizados na limpeza e descarte de suas embalagens e de outros resíduos gerados no decorrer do contrato.
- 3.4.1.6. Nesse sentido, a Contratada deverá adotar práticas de otimização de recursos, redução de desperdício, menor poluição, bem como práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010.
- 3.4.1.7. Deverá ainda adotar procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores.
- 3.4.1.8. Realizar coleta seletiva do lixo e proceder o descarte correto dos resíduos.

3.5. Da indicação de marcas ou modelos:

- 3.5.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

3.6. Da vedação de utilização de marca ou modelo:

- 3.6.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

3.7. Da exigência de carta de solidariedade:

- 3.7.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

3.8. Da Garantia da Contratação:

- 3.8.1. Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

3.9. Condições e especificações da garantia do serviço:

- 3.9.1. Serão aplicadas ao serviço as garantias legais estabelecidas pelo art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), e, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 10.406, de 2002 (Código Civil).

3.10. Da Vistoria:

- 3.10.1. Não há necessidade de realização de vistoria prévia ao local de execução dos serviços.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Do Prazo e das Condições da Prestação do Serviço:

- 4.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 4.1.1.1. Início das atividades: imediato, na data inicial de vigência da contratação.
- 4.1.1.2. Periodicidade: Diária.
- 4.1.1.3. A prestação de serviço em casos de urgência e emergência deverá ser imediata, para os demais casos o prazo será de até 1 (um) dia após a solicitação dos servidores do canil do CBMMG.
- 4.1.2. Os atendimentos deverão ser realizados mediante solicitação do CBMMG e de acordo com a efetiva necessidade dos animais, observando-se os serviços e valores contratados e o limite financeiro global estabelecido para a contratação, sem que a previsão dos possíveis procedimentos implique obrigatoriedade de sua utilização integral pela Administração.
- 4.1.3. A contratada deverá providenciar a correção de eventuais deficiências ou irregularidades verificadas na prestação dos serviços, quando apontadas pelo CBMMG, responsabilizando-se pela adequada execução dos procedimentos realizados e pelos materiais, medicamentos e insumos empregados, nos limites de suas obrigações contratuais.
- 4.1.4. A contratada deverá manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, preservando todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas necessárias ao regular exercício da atividade médico-veterinária.
- 4.1.5. A contratada deverá responsabilizar-se por todas as despesas necessárias à adequada execução do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros, materiais, medicamentos, insumos, equipamentos e demais custos direta ou indiretamente relacionados à prestação dos serviços, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 4.1.6. Para os serviços, bem como para os equipamentos, insumos e materiais a garantia exigida será a garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) de 30 dias (produtos e serviços não duráveis) e 90 dias (produtos e serviços duráveis), a partir da data de recebimento do serviço ou do produto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.
- 4.1.7. Em termos de especificação dos procedimentos a serem contratados, neste caso concreto, foram devidamente apontados os procedimentos médico veterinários e medicamentos de uso comum pela Unidade beneficiária, conforme tabela abaixo, para os quais foram levantados valores referenciais junto ao mercado local, como forma de estabelecer parâmetros referenciais de preços para a garantia da execução contratual.
- 4.1.8. Na tabela II está elencada a maioria dos possíveis atendimentos que serão solicitados para tratamento dos cães pertencentes ao Pelotão de Busca, Resgate e Salvamento com Cães, conforme necessidade do CBMMG. Excepcionalmente, poderão ser realizados outros procedimentos, bem como fornecidos outros suprimentos ou insumos, de acordo com a necessidade e indicação do médico veterinário, ou mesmo se verificado pelo Fiscal de Contrato. Nesse caso, o fiscal do contrato deverá avaliar a conveniência e se o custo está de acordo com as práticas de mercado, o que será embasado com o mínimo de 02 (duas) outras cotações e a cotação da empresa contratada, onde será apurado o preço médio, a fim de demonstrar que o valor a ser cobrado está de acordo com o preço praticado por outras empresas do ramo.
- 4.1.9. A previsão de cobrança de deslocamento por quilômetro rodado, prevista na Tabela II a seguir, refere-se a eventuais deslocamentos do médico veterinário, a um local de sinistro ou ocorrência bombeiro militar, onde haja a necessidade de prestação dos serviços em virtude de acidente ou incidente com os cães, ensejando a necessidade de atendimento no local, sem possibilidade de remoção do cão, ocorrendo a contagem dos quilômetros rodados a partir da Sede do canil do PBRESC / 8º BBM, localizado à Avenida Randolpho Borges Júnior, nº 2.800, bairro Univerdecidade, cidade de Uberaba/MG, até o local da intervenção médica veterinária.

TABELA II - ROL DE PROCEDIMENTOS E VALORES DE REFERÊNCIA

QTD	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO / MEDICAMENTO	VALORES DE REFERÊNCIA
1. CONSULTAS		
01	CONSULTA DE ESPECIALISTA	R\$ 450,00
01	CONSULTA EM DOMICÍLIO	R\$ 361,00
01	DESLOCAMENTO POR KM	R\$ 12,87
01	CONSULTA CLÍNICA GERAL	R\$ 329,33
2. VACINAS		
01	VACINA ANTI-RÁBICA	R\$ 167,20
01	VACINA ANTI-LEISHMANIOSE	R\$ 328,97
01	VACINA CONTRA GIARDIA	R\$ 180,37
01	VACINA POLIVALENTE CANINA (ÓCTUPLA)	R\$ 180,93
01	VACINA TOSSE DOS CANIS	R\$ 180,20
3. EXAMES DE IMAGEM		
01	ECOCARDIOGRAMA	R\$ 220,77
01	RX 1 EXPOSIÇÃO	R\$ 75,70

01	RX EXPOSIÇÃO ADICIONAL	R\$ 38,13
01	ULTRASSONOGRRAFIA	R\$ 126,27
01	CONTRASTE SULFATO DE BÁRIO	R\$ 93,80
01	CONTRASTE IODADO	R\$ 114,67
01	ELETROCARDIOGRAMA	R\$ 94,07
01	TOMOGRAFIA COMP.	R\$ 561,60
01	RETINOGRAFIA	R\$ 157,23
4. CIRURGIAS		
4.1 CIRURGIAS OTOLÓGICAS		
01	OTO-HEMATOMA UNILATERAL	R\$ 375,87
01	RESSECÇÃO AURICULAR UNILATERAL	R\$ 568,80
4.2 CIRURGIAS OFTÁLMICAS		
01	ENTROPION E ECTROPION	R\$ 499,70
01	ENUCLEAÇÃO DO GLOBO OCULAR	R\$ 693,20
01	FLAP DE TERCEIRA PÁLPEBRA	R\$ 439,40
01	HIPERPLASIA DA 3ª PÁLPEBRA	R\$ 411,60
01	PROTRUSÃO DO GLOBO OCULAR (TRAT. CONS.)	R\$ 250,33
01	CATARATA BILATERAL	R\$ 1.766,20
4.3 CIRURGIAS DO APARELHO DIGESTIVO		
01	ENTERECTOMIA	R\$ 1.122,10
01	ENTEROTOMIA	R\$ 942,47
01	GASTROTOMIA	R\$ 1.010,23
01	PROLAPSO RETO-AMPUTAÇÃO	R\$ 562,70
01	ESPLENECTOMIA	R\$ 1.196,13
01	GASTRECTOMIA PARCIAL	R\$ 1.379,60
01	PROLAPSO RETO-AMPUTAÇÃO	R\$ 561,60
01	TORÇÃO/DILAT. GÁSTRICA RED. E GASTROPEXIA	R\$ 1.572,33
01	PROLAPSO DE RETO-REDUÇÃO	R\$ 438,53
4.4 PROCEDIMENTOS ORAIS		
01	EXTRAÇÃO DE QUARTO PRÉ-MOLAR	R\$ 221,20
01	EXTRAÇÃO DE CANINO DEFINITIVO	R\$ 249,83
01	EXTRAÇÃO DE CANINO SUPRANUM	R\$ 189,07
01	EXTRAÇÃO DE INCISIVO	R\$ 125,53
01	EXATRAÇÃO DENTE COMPROMETIDO	R\$ 189,97
01	EXTRAÇÃO DE MOLAR	R\$ 219,03
01	EXTRAÇÃO DE PRÉ-MOLAR	R\$ 189,23
01	PROFILAXIA ORAL	R\$ 280,53
01	CANAL INCISIVO	R\$ 314,17
01	CANAL CANINO	R\$ 441,97
01	CANAL MOLAR	R\$ 500,20
4.5 CIRURGIAS ORTOPÉDICAS		
01	AMPUTAÇÃO DE MEMBRO POSTERIOR	R\$ 1.133,20
01	AMPUTAÇÃO DE FALANGE DISTAL	R\$ 376,27
01	OSTEOS. FRATURA SIMPLES	R\$ 936,00
01	RUPTURA DE LIG. CRUZADO	R\$ 1.761,03
01	OSTEOSSÍNTESE DE SÍNFISE MANDIBULAR	R\$ 751,77
01	OSTEOSSÍNTESE DE RAMO DE MANDIBULA	R\$ 884,83
01	AMPUTAÇÃO DE MEMBRO ANTERIOR	R\$ 1.124,33
01	FRATURA DE PROCESSO ANCÔNEO	R\$ 1.260,33
01	OSTEOS. FRATURA COMINUTIVA	R\$ 1.569,27
01	OSTEOS. FRATURA ARTICULAR	R\$ 1.773,10
4.6 IMOBILIZAÇÕES		
01	BANDAGEM DE HEMER	R\$ 93,87
01	BANDAGEM DE VELPEAU	R\$ 94,63
01	IMOBILIZAÇÃO DE ROBERT JONES	R\$ 124,67
01	MULETA DE THOMAS	R\$ 157,07
01	IMOBILIZAÇÃO COM TALA DE ALUMÍNIO	R\$ 76,67
4.7 CIRURGIAS UROGENITAIS		
01	AMPUTAÇÃO PARCIAL DE PÊNIS	R\$ 750,30
01	PENECTOMIA	R\$ 1.007,27
01	CESARIANA	R\$ 752,50
01	PROLAPSO DE ÚTERO	R\$ 873,60
01	PIÔMETRA	R\$ 1.006,30
01	OVÁRIO-HISTERECTOMIA	R\$ 438,53
01	CISTOTOMIA	R\$ 948,03
01	FIMOSE/PARAFIMOSE	R\$ 312,30
01	INTERVENÇÕES RENAIS	R\$ 1.575,43
01	MASTECTOMIA PARCIAL	R\$ 564,93
01	MASTECTOMIA TOTAL	R\$ 1.139,83
01	ORQUIECTOMIA DE CÃES	R\$ 312,93
01	URETROTOMIA	R\$ 1.009,27
01	PROSTATECTOMIA	R\$ 1.371,47
01	PROLAPSO DE VAGINA (AMPUTAÇÃO)	R\$ 565,50
01	PROLAPSO DE VAGINA (REDUÇÃO)	R\$ 378,83
4.8 HERNIORRAFIAS		
01	HÉRNIA DIAFRAGMÁTICA (ABCESSO ABDOMIAL)	R\$ 1.563,10
01	HÉRNIA ESPÚRIA	R\$ 440,70
01	HÉRNIA UMBILICAL	R\$ 313,53
01	HÉRNIA PERINEAL	R\$ 873,60
01	HÉRNIA INGUINAL	R\$ 503,13
4.9 CIRURGIAS GERAL DO ABDOMEN		
01	PARACENTESE (ASCITE)	R\$ 156,63
01	EVENTRAÇÃO / EVISCERAÇÃO	R\$ 1.264,03
01	LAPAROTOMIA EXPLORATÓRIA	R\$ 936,93
01	RETIRADA DE TUMOR INTERNO	R\$ 1.134,30

5. PROCEDIMENTOS DIVERSOS		
01	APLIC. INJ. ENDOVENOSA	R\$ 26,90
01	APLIC. INJ. SC/IM	R\$ 20,37
01	ATESTADO DE SAÚDE	R\$ 51,40
01	CORTE DE UNHA	R\$ 20,27
01	CURATIVOS	R\$ 31,17
01	CURATIVOS/BANDAGEM	R\$ 44,87
01	DRENAGEM/LIMPEZA DE ABCESSO	R\$ 157,87
01	ENEMA	R\$ 62,53
01	EUTANÁSIA	R\$ 188,87
01	ANTIBIOTICOTERAPIA II GERAÇÃO	R\$ 38,07
01	ANTIBIOTICOTERAPIA III GERAÇÃO	R\$ 57,93
01	ANTIBIOTICOTERAPIA IV GERAÇÃO	R\$ 83,10
01	VITAMINAS	R\$ 31,33
01	ANALGÉSICO	R\$ 27,10
01	SESSÃO FISIOTERAPIA	R\$ 75,83
01	DIÁRIA DE INTERNAÇÃO	R\$ 157,53
01	LIMPEZA DE OUVIDO	R\$ 38,10
01	SONDAGEM NASOGÁSTRICA	R\$ 95,00
01	SESSÃO OZÔNIOTERAPIA	R\$ 93,87
01	ANTIBIÓTICO	R\$ 31,53
01	ANTIINFLAMATÓRIO	R\$ 26,73
01	RETIRADA DE TUMOR CUTÂNEO	R\$ 314,17
01	PLÁSTICA SIMPLES	R\$ 252,57
01	PLÁSTICA COMPLEXA	R\$ 562,70
01	SACOS ANAIS	R\$ 51,70
01	RETIRADA DE MIÁSE	R\$ 94,07
01	RETIRADA DE BERNE	R\$ 62,40
01	SONDAGEM URETRAL	R\$ 125,80
01	NECRÓPSIA	R\$ 250,60
01	TRANSFUSÃO SANGUÍNEA	R\$ 379,20
01	CURETAGEM DE FERIDA	R\$ 124,93
01	COLETA DE MATERIAL PARA BIÓPSIA	R\$ 157,53
6. FLUIDOTERAPIA		
01	FLUIDOTERAPIA RINGER C/ LACTATO	R\$ 44,83
01	FLUIDOTERAPIA RINGER SIMPLES	R\$ 38,43
01	FLUIDOTERAPIA FISIOLÓGICO	R\$ 38,00
01	FLUIDOTERAPIA GLICOSE	R\$ 38,30
01	EXPANSOR PLASMÁTICO	R\$ 124,67
7. PROFILAXIA DE ECTOPARASITAS		
01	COLEIRA ANTIPARASITÁRIA	R\$ 114,43
01	FLURALANER 500 MG	R\$ 126,27
01	FLURALANER 1000 MG	R\$ 176,40
01	VERMIFUGO C/ IVERMECTINA ATÉ 40 KG	R\$ 38,23
01	SAROLANER 40 MG	R\$ 82,87
01	SAROLANER 80 MG	R\$ 113,67
8. EXAMES		
01	HEMOGRAMA	R\$ 51,67
01	CREATININA	R\$ 26,83
01	UREIA	R\$ 27,10
01	SDMA	R\$ 93,70
01	ALT	R\$ 27,00
01	AST	R\$ 26,90
01	GGT	R\$ 27,13
01	FOSFATASE ALCALINA	R\$ 26,83
01	PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES	R\$ 38,30
01	BILIRRUBINA DIRETA E INDIRETA	R\$ 31,17
01	COLESTEROL TOTAL E FRAÇÕES	R\$ 31,40
01	TRIGLICÉRIDES	R\$ 27,07
01	FÓSFORO	R\$ 26,80
01	CÁLCIO	R\$ 26,97
01	SÓDIO	R\$ 26,87
01	POTÁSSIO	R\$ 26,73
01	LIPASE	R\$ 38,20
01	AMILASE	R\$ 31,33
01	GLICEMIA	R\$ 22,57
01	URINA ROTINA	R\$ 31,23
01	GGT URINÁRIA	R\$ 38,27
01	CPK	R\$ 38,10
01	ELETROCARDIOGRAMA	R\$ 95,00
01	SOROLOGIA LEISHMANIOSE	R\$ 58,10
01	SOROLOGIA BABESIOSE	R\$ 58,57
01	SOROLOGIA ERLIQUIOSE	R\$ 57,90
01	SOROLOGIA CINOMOSE	R\$ 58,33
01	SOROLOGIA TOXOPLASMOSE	R\$ 58,63
01	SOROLOGIA LEPTOSPIROSE	R\$ 58,07
01	SOROLOGIA RAIVA	R\$ 76,43
01	PCR QUALITATIVO LEISHMANIA	R\$ 114,23
01	PCR QUALITATIVO ERLIQUIA	R\$ 113,67
01	PCR QUALITATIVO BABESIA	R\$ 114,57
01	PCR QUALITATIVO ANAPLASMA	R\$ 114,10
01	PCR QUALITATIVO TOXOPLASMOSE	R\$ 115,13
01	PCR QUALITATIVO LEPTOSPIROSE	R\$ 113,77
01	PESQUISA DIRETA HEMOPARASITOSE, LEISHMANIOSE	R\$ 51,77
01	ANALISE DE CALCULO VESICAL	R\$ 94,17

01	CKMB	R\$ 45,23
01	RELAÇÃO PROTEÍNA/CREATININA URINÁRIA	R\$ 38,00
01	PARASITOLÓGICO DE FEZES	R\$ 27,03
01	OPG	R\$ 31,17
01	PARASITOLOGICO DE FEZES MIF	R\$ 38,13
01	CITOLOGIA OTOLÓGICA	R\$ 51,87
01	CITOLOGIA VAGINAL	R\$ 51,37
01	CITOLOGIA DE PELE	R\$ 51,70
01	CITOLOGIA DE LIQUIDO CAVITÁRIO	R\$ 62,70
01	BIÓPSIA SIMPLES	R\$ 124,80
01	BIÓPSIA COLORAÇÃO ESPECIAL	R\$ 220,13
01	IMUNOHISTOQUÍMICO	R\$ 281,90
01	CULTURA DE FUNGO	R\$ 63,20
01	CULTURA DE BACTÉRIA E ANTIBIOGRAMA	R\$ 93,70
01	RASPADO DE PELE	R\$ 38,27
01	PESQUISA DE HEMOPARASITA (ESFREGAÇO DE PONTA DE ORELHA)	R\$ 31,40
01	ULTRASSOM ABDOMINAL TOTAL	R\$ 140,23
01	ENDOSCOPIA	R\$ 563,27
01	COLONOSCOPIA	R\$ 567,70
01	ECODOPPLERCARDIOGRAMA	R\$ 249,37
01	RX 1 EXPOSIÇÃO	R\$ 76,30
01	TOMOGRAFIA	R\$ 568,27
01	ACTH	R\$ 156,30
01	CORTISOL	R\$ 76,43
01	TSH	R\$ 62,70
01	T4 TOTAL	R\$ 62,40
01	TESTE RÁPIDO CINOMOSE ANTÍGENO	R\$ 51,67
01	TESTE RÁPIDO CINOMOSE ANTICORPO	R\$ 51,47
01	TESTE RÁPIDO 4DX	R\$ 94,80
01	TESTE RÁPIDO LEISHMANIOSE	R\$ 51,30
01	TESTE RÁPIDO PARVOVIROSE	R\$ 58,50
01	TESTE RÁPIDO GIÁRDIA	R\$ 51,57
01	PERFIL GERAL BÁSICO	R\$ 95,00
01	PERFIL GERAL AVANÇADO	R\$ 176,57
01	PERFIL RENAL BÁSICO	R\$ 58,57
01	PERFIL RENAL AVANÇADO	R\$ 93,50
01	PERFIL HEPÁTICO BÁSICO	R\$ 58,33
01	PERFIL HEPÁTICO AVANÇADO	R\$ 94,70
9. PROCEDIMENTOS ANESTÉSICOS		
01	SEDAÇÃO	R\$ 93,80
01	ANESTESIA GERAL A CADA 2 HORAS	R\$ 157,40
01	ANESTESIA LOCAL	R\$ 62,70
01	EPIDURAL	R\$ 124,80
01	FLK A CADA 6 HORAS (protocolo Fentanil+Lidocaína+Cetamina) [*]	R\$ 58,40
01	MLK A CADA 6 HORAS (protocolo Morfina+Lidocaína+Cetamina) [*]	R\$ 58,17
01	OXIGÊNIO TERAPIA A CADA 2 HORAS	R\$ 63,20
01	AQUECEDOR A CADA 2 HORAS	R\$ 37,93

4.1.10. Os valores unitários constantes da tabela acima não definem o valor total da contratação, uma vez que se trata de prestação de serviços sob demanda, cuja efetiva utilização dependerá das necessidades médico-veterinárias apresentadas pelos cães do PBRESC durante a vigência contratual.

4.1.11. Assim, a inclusão dos diferentes procedimentos na tabela tem por finalidade estabelecer valores referenciais para os serviços que eventualmente venham a ser solicitados pela Administração, não implicando obrigação de contratação ou execução de todos os itens relacionados.

4.1.12. Sobre os valores indicados na Tabela II, incidirá o percentual de desconto ofertado pela contratada, no momento da licitação, estabelecendo o contrato os valores finais dos procedimentos e insumos, após a incidência do referido percentual de desconto.

4.2. Do local e horário da prestação do serviço:

- 4.2.1. Os serviços serão prestados na sede da contratada, e, no que couber, na sede da contratante, sob demanda, conforme indicado no subitem 4.1.2;
- 4.2.2. Excepcionalmente, nos casos indicados no subitem 4.1.9, os serviços serão prestados no local de atuação operacional dos cães.
- 4.2.3. A contratada deverá manter as condições necessárias para oferecer o serviço por 24 horas, sendo que no período noturno, após as 18:00 horas, aos finais de semana e feriados indicará telefone de contato do médico veterinário para atendimento de urgências ou emergências.

4.3. Dos Materiais a serem disponibilizados:

- 4.3.1. A contratação compreende, além da prestação dos serviços de Assistência Médica Veterinária, o eventual fornecimento de medicamentos e suprimentos veterinários, de acordo com a necessidade identificada durante os atendimentos realizados nos cães do canil do PBRESC/8º BBM e conforme os itens, condições e quantitativos estimados previstos no instrumento convocatório.
- 4.3.2. O fornecimento ocorrerá sob demanda, não havendo obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados, devendo os medicamentos e suprimentos fornecidos guardar relação com os tratamentos e procedimentos veterinários necessários à adequada assistência aos cães atendidos.

4.4. Regime de Execução:

- 4.4.1. O regime de execução do contrato será a execução indireta (Empreitada por preço unitário), com vistas a garantir uma maior eficiência na gestão contratual, uma vez que os documentos relacionados ao serviço de Assistência Médico-Veterinária, no presente caso concreto, estimam um adequado nível de precisão as especificações do serviço, fornecendo aos interessados todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna, para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. Do Recebimento:

- 5.1.1. Os serviços prestados serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 5.1.1.1. Salvo disposição em contrário no contrato, em ato normativo ou neste Termo de Referência, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do Contratado.
- 5.1.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do

contrato.

5.1.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.1.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.1.5. Os serviços prestados serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo(s) detalhado(s) que comprove(m) o atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.

5.1.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de nota fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.9. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.10. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do Contratado pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ética-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.2. Da Liquidação:

5.2.1. A liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data da entrega definitiva do serviço e respectivo aceite do Contratante.

5.2.2. **A emissão da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer até o 7º dia útil do mês subsequente ao mês de prestação dos serviços, tendo apresentado todos os documentos necessários para liquidação.**

5.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.2.3.1. O vencimento;

5.2.3.2. A data da emissão;

5.2.3.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

5.2.3.4. O período respectivo de execução do objeto;

5.2.3.5. O valor a pagar; e

5.2.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.2.5. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3. Do Pagamento:

5.3.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.3.1.1. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

5.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.3.5. O Contratado deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos neste documento durante toda a contratação.

5.3.5.1. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista da CONTRATADA não impedem o pagamento, se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do contratado e rescisão contratual.

5.3.6. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.3.7. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.3.7.1. Não produziu os resultados acordados;

5.3.7.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

5.3.7.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6. PROCEDIMENTO DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

7. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Regras Gerais:

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e artigos 15 e 16 do Decreto 48.587, de 2023.

7.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

7.2. Da Fiscalização do Contrato:

7.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.2. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

7.3. Da Gestão do Contrato:

7.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.4. O gestor do contrato coordenará a atuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes, repactuações ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7.4. Do Preposto:

7.4.1. Não será necessária a designação de preposto pelo Contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento na modalidade pregão, conforme art. 28 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, conforme art. 33, da referida Lei Federal.

8.1.1. O fornecedor somente poderá oferecer lance de maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances.

8.1.2. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1% (um por cento).

8.2. Dos Critérios de Aceitabilidade da Proposta:

8.2.1. A proposta terá validade de 90 (noventa) dias corridos contados da data de sua apresentação.

8.3. Da Prova de Conceito (PoC):

8.3.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.1.1. Habilitação Jurídica:

9.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 9.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.1.1.4. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELL: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 9.1.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar – PRONAF-DAP, nos termos do art. 16 do Decreto nº 46.712, de 29 de janeiro de 2015;
- 9.1.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);
- 9.1.1.11. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais (CRMV-MG), da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados.
- 9.1.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.1.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- 9.1.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 9.1.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 9.1.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
I - A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.
II - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais referentes ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.1.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- 9.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 9.1.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

9.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 9.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

9.1.4. Da Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional:

- 9.1.4.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta contratação.
I - A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.1.5. Declaração:

- 9.1.5.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.
- 9.1.5.2. Caso o licitante não cumpra os requisitos exigidos em sede de declaração, deverá apresentar justificativa e documentos comprobatórios dos fatos alegados, para fins de análise da Administração.

9.1.6. Habilitação de Cooperativas:

- 9.1.6.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
I - A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.
II - A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.
III - A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual.
IV - O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107.
V - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.
VI - A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
VII - Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: i) ata de fundação; ii) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; iii) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; iv) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; v) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e vi) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação.

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

10.1. Do Contratante:

- 10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente termo de referência, contrato e eventuais anexos.
 - 10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
 - 10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto prestado, para que seja por ele reparado, corrigido, removido, reconstruído ou substituído, no total ou em parte, às suas expensas.
 - 10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, atestar nas notas fiscais/faturas da efetiva prestação de serviço, objeto do Termo de Referência.
 - 10.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado, impondo-se a recusa se o objeto for defeituoso, tiver prazo de validade vencido, ou outras situações que inviabilizem o recebimento, hipótese em que se promoverá anotação da ocorrência em registro próprio.
 - 10.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
 - 10.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição da parcela do objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
 - 10.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à parcela do serviço prestado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.
 - 10.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.
 - 10.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 10.1.10.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 10.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.
 - 10.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.
 - 10.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções regulamentares.
 - 10.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
 - 10.1.14. Disponibilizar local adequado para a realização do serviço.
 - 10.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
 - 10.1.16. Destinar, dentro da Unidade, se for o caso, instalação sanitária, vestiário para os funcionários da CONTRATADA e sala para depósito eventual de ferramental e/ou materiais controlados do serviço, não se responsabilizando, entretanto, pela guarda dos mesmos;
 - 10.1.17. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar o seu trabalho de acordo com as normas pactuadas;
 - 10.1.18. Acompanhar as condições de organização, segurança dos trabalhadores e das pessoas que transitam no local de prestação de serviços, em consonância com as normas técnicas e legislações em vigor, exigindo da CONTRATADA as correções necessárias;
 - 10.1.19. Exigir da CONTRATADA a utilização, por todos os seus funcionários, bem como dos seus prestadores de serviços contratados, de equipamentos de proteção individual – EPI, compatíveis com os serviços em execução e de acordo com a legislação vigente;
 - 10.1.20. Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da CONTRATADA com as atividades de outras empresas ou profissionais eventualmente contratados pelo CONTRATANTE;
 - 10.1.21. Solicitar a substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis aos serviços;
 - 10.1.22. Verificar e aprovar a substituição de materiais, equipamentos e serviços solicitados pela CONTRATADA, com base na comprovação da equivalência entre os componentes;
 - 10.1.23. Emitir o Termo de Recebimento Provisório (TRP) e o Termo de Recebimento Definitivo (TRD) do serviço, nas datas previstas.
- 10.2. **Do Contratado:**
- 10.2.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
 - 10.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta
 - 10.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta comercial da CONTRATADA.
 - 10.2.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
 - 10.2.5. Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.
 - 10.2.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.
 - 10.2.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.
 - 10.2.8. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.
 - 10.2.9. Disponibilizar local adequado para a prestação do serviço, caso necessário.
11. **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado ou o licitante que:
- 11.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;
 - 11.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 11.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;
 - 11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação e a execução do contrato;
 - 11.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
 - 11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 11.2.1. **Advertência** - quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos subitens 11.1.2 a 11.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);
- 11.2.4. **Multa:**
- 11.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.
- 11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.2 e 11.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.9. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 11.9.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 11.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 11.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 11.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos nesta última Lei citada, conforme art. 159 da referida Lei de Licitações.
- 11.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 12.1. O custo estimado total anual da contratação é de **R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)**, conforme custos apostos no quadro constante do subitem 1.1 deste Termo de Referência.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 25.698, de 14 de janeiro de 2026.
- 13.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 1401.06.182.052.4114.0001.33.90.39.98 - Fonte de Recursos 10.10.
- 13.2. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Uberlândia, 15 de outubro de 2026.

Lanúcio Vieira Ramos, 1º Tenente BM
Chefe do Almoxarifado 2º COB
Responsável pela elaboração

Grazianni Batista de Mesquita Capolli, Major BM
Ordenador de Despesas Suplente 2º COB
Responsável pela aprovação



Documento assinado eletronicamente por **Lanúcio Vieira Ramos, 1º Tenente**, em 15/10/2026, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Grazianni Batista de Mesquita Capol, Major**, em 16/10/2026, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **151465783** e o código CRC **54A777F8**.

Referência: Processo nº 1400.01.0054201/2026-81

SEI nº 151465783